



Cartas ao Conselho Ultramarino: os aldeamentos indígenas no Ceará Colonial (Século XVIII)

SOUSA, Maria Aparecida de
Universidade Regional do Cariri
E-mail: aparecida.sousa@urca.br

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira
Universidade Regional do Cariri
E-mail: darlan.reis@urca.br

RESUMO

O fito dessa pesquisa consiste em analisar a dinâmica interna nos aldeamentos indígenas no Ceará Colonial no século XVIII, ao ressaltar os nativos como sujeitos históricos ativos durante esse processo. Busca-se compreender como os aldeamentos contribuíram como estratégia colonial para o avanço na conquista do território e como a conversão das almas foi utilizada como argumento para justificar a invasão no Novo Mundo. Ademais identificar a exploração da mão de obra indígena, tanto pelos religiosos como também por outros colonos. A elaboração dessa pesquisa se baseia na análise das fontes documentais da Coleção Memória Colonial do Ceará, presente no acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), e nos documentos do livro Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena (1690-1825) do Francisco José Pinheiro e na leitura bibliográfica sobre o tema.

Palavras-chave: Aldeamentos. Ceará Colonial. Povos indígenas.

1 INTRODUÇÃO

Os colonizadores exerceram o papel de agentes da Coroa Portuguesa ao implementar o procedimento de aproximação com os nativos, com o fito de empregá-los como reforço, não só nas suas empreitadas como nas aldeias. A pesquisa será construída a partir da perspectiva que durante o processo de aldeamento no período do século XVIII, no Ceará Colonial, os nativos também tiveram seu papel como agentes históricos ativos, e procuraram formas de resistir e trilhar suas próprias escolhas (CUNHA, 2012, p.25).

Nesse sentido, os objetivos dessa pesquisa consistem em compreender a conversão como estratégia de colonização, ao pontuar como a formação das missões



influenciou como meio de desocupar as terras e reunir os indígenas nos aldeamentos (ARRUTI, 1995, p. 65). Além disso, identificar o processo de exploração desses povos, por meio dos religiosos nas aldeias e de outros colonos que caçavam os indígenas já pacificados, como (RIBEIRO, 2015, P. 71) destacou: “Desencadeou-se o dissídio, porque os colonos, em lugar de atacar aqueles índios nas suas aldeias longinhas, foram caçar os já pacificados, que viviam dentro das missões jesuíticas.”

Ademais, compreender as estratégias coloniais usadas para controlar esses povos, e principalmente como eles aderiram essas mudanças para sua formação, agindo conforme os seus próprios interesses ao estabelecerem formas alianças com os colonizadores. Nas fontes da Memória Colonial do Ceará, Vol. 1, Tomo II – (Requerimento dos Índios da Serra da Ibiapaba Memória Colonial, Vol. I, Tomo II, p. 376) foi possível perceber que indígenas estavam passando fome devido ao período de seca, a mudança de local para os aldeamentos, em que as terras eram inférteis, e a exploração da sua mão de obra pelos missionários, o que lhes tirava o tempo de cultivar nesses solos inférteis.

Em 1980, após o aproveitamento dos arquivos portugueses sobre a colonização, ainda pouco explorados, novas personagens entraram em cena, mas os povos originários continuaram excluídos dos estudos. Conforme (MONTEIRO, 2002. P.7) frisou “Mas se alguns esquecidos da história começaram a saltar do silêncio dos arquivos para uma vida mais agitada nas novas monografias, os índios permaneceram basicamente esquecidos pelos historiadores.”

Desse modo, um dos alvos dessa pesquisa é colaborar para a expansão dos estudos nesse assunto, ao expor novas contribuições sobre a formação do estado do Ceará, ressaltando a violência que se deu contra os povos que já residiam nesse lugar durante a formação do território (NOGUEIRA, 2017, p.37), ao mesmo tempo em que se demonstra a sua contribuição dentro da trajetória.

2 DESENVOLVIMENTO

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia relaciona o uso das fontes à



discussão teórica e ao estudo da historiografia sobre o tema. As atividades incluem a leitura de um volume considerável de documentos, o registro e a catalogação das fontes. Neste estudo, será empregada documentação em formato digital e textual, a Coleção Memória Colonial do Ceará, presente no acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), e nos documentos do livro Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena (1690-1825) do Francisco José Pinheiro.

Os primeiros relatos feitos por viajantes demonstravam uma visão eurocêntrica sobre o desconhecido Novo Mundo, assim, no exame desses documentos pode-se identificar como o caminho religioso das justificativas foi sendo construído durante a colonização (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 21). Dessa forma, entender o que (GAMBINI, 1988, p.69) salientou sobre quais eram os objetivos do envio das cartas, ao discutir sobre seus aspectos e enfatizar a visão dos missionários na escrita, que evidenciava o novo ambiente e hábitos indígenas e como isso foi utilizado como argumentos para justificar o empreendimento colonial no Novo Mundo.

Assim, será pontuado como os missionários se identificavam, como humildes fiéis a Deus e ao rei e que suas ações salvavam as almas dos nativos, além de enfatizar que sua missão era atravessada por sofrimentos nessas novas terras (GAMBINI, 1988, p.114). Para mais, compreender como eles se referiam aos indígenas, de modo que foi perceptível detectar os nomes pejorativos empregados aos nativos, como gentios, de corso, tapuias, indômitos, bárbaros que praticavam a antropofagia, como também a exaltação constante do trabalho feito pelos colonos e missionários ao “civilizar” os nativos e os trazer “a verdadeira lei da igreja” (Pinheiro, 2011, p.48), já que mediante os olhos do “civilizador” eram povos que não tinha uma fé verdadeira, nem rei e conseqüentemente viviam sem leis (RAMINIELI, 1996, p. 54).

Por conseguinte, identificar a exploração da mão de obra indígena feita por outros colonos que interferiram no processo de aldeamento. Por meio das cartas dos missionários enviadas ao Conselho Ultramarino foi possível identificar que eles ressaltam o quão prejudicial são essas intervenções para a catequização dos indígenas. Através das cartas enviadas pelos religiosos, foi encontrado como a interferência no processo de conversão



era feita para que a mão de obra indígena fosse utilizada por os outros colonizadores, “indígenas para suas granjeiras, e para suas torpezas” (Memória Colonial do Ceará, volume I, Tomo II, p.22).

Em cartas os missionários demonstram repúdio e como veem os capitães-mores, expondo os excessos que esses colonos faziam e como eles os consideram os maiores culpados pelas intromissões que acontecem:

porque é certo que os capitães-mores são culpados na maior parte das desordens que ali se cometem contra os índios, ou por comissão, ou por omissão, por que como só vão com os olhos no seu interesse, eles são os que oprimem mais os índios, e os deixam oprimir também por conveniências” (Memória Colonial do Ceará, Consulta do Conselho Ultramarino, Volume II, Tomo I, p.13).

Dessa maneira, também pode-se identificar as consequências da política de aldeamentos e a usurpação da terra para os povos indígenas, como também a sua exploração e as formas de resistências, presentes em fontes sobre as súplicas de alargamento de suas terras e as alianças, encontradas nos requerimentos presentes na Coleção Memória Colonial Volume I. Como (Gambini, 1988, p.85) destacou “(...) pois como comprovam os documentos históricos e teriam testemunhado os índios se tivessem escritos os seus, os bons cristãos que colonizavam a terra para a glória do Senhor se comportavam como aves de rapina, causando desde o início a ruína da população nativa.”

3 CONCLUSÃO

O estudo em andamento examina os aldeamentos indígenas e sua dinâmica interna no período do século XVIII, no Ceará Colonial. A partir dos resultados mencionados e da leitura das fontes já possível inferir algumas respostas. A combinação desse exame dos documentos do período setecentista com a revisão bibliográfica e teórica sobre o tema tem como intuito contribuir para as pesquisas científicas e o progresso acadêmico.

4 REFERÊNCIAS



ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GAMBINI, Roberto. O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo. Tese apresentada para o concurso de livre docência. Campinas – SP, UNICAMP, 2001.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. Viver à lei da nobreza: elites locais e o processo de nobilitação na capitania do Siará Grande (1748-1804). 1.ed.-Curitiba: Appris, 2017, p.27-42.

RAMINELLI, Ronald. Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. Ed. – São Paulo: Global, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FONTES:

Primeiro volume Tomo II; 1699-1720 da coleção Memória Colonial do Ceará documentos que compunha os Avulsos do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público do Ceará. Que se encontram no Centro de Documentação do Ceará- CEDOCC.

Segundo volume Tomo I; 1720-1726 da coleção Memória Colonial do Ceará documentos que compunha os Avulsos do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público do Ceará. Que se encontram no Centro de Documentação do Ceará- CEDOCC.

Conjunto de documentação do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público Ceará, no livro Documentos para a História Colonial, Especialmente a indígena no Ceará. (1690-1825) de Francisco José Pinheiro.